

## Memórias de uma cidade militarizada: a Vila Kennedy nas páginas do O Globo<sup>1</sup>

Igor Lacerda<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

### RESUMO

O objetivo central deste artigo é identificar e analisar as memórias sobre o Rio de Janeiro e as operações dos militares no início da intervenção, ocorrida em 2018. Para isso, foram selecionadas matérias de O Globo, entre 05 e 11 de março, sobre o patrulhamento ostensivo da Vila Kennedy, uma comunidade da Zona Oeste considerada o laboratório da intervenção militar. Para atingir o objetivo proposto, foi utilizada a análise de narrativas, seguindo a concepção de tríplice mimese de Ricoeur (1994). Sendo assim, é possível dizer que para legitimar a intervenção, o jornal O Globo lembrou constantemente a opinião de agentes de segurança favoráveis a militarização urbana, esquecendo a visão de movimentos sociais, ativistas e moradores contrários a presença de uma arquitetura militar no espaço público.

**Palavras-chave:** Intervenção militar; O Globo; Vila Kennedy; Violência; Rio de Janeiro.

### INTRODUÇÃO

Em 2018, o então presidente Michel Temer e o governador Luiz Fernando Souza, com apoio da Câmara e do Senado, instauraram uma intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro. Esse procedimento funcionou em um período determinado, como prevê a lei: começou em 16 de fevereiro e terminou em 31 de dezembro. Plano que militarizou o cotidiano de tantas pessoas, especialmente dos moradores de favela e periferia, foi justificado por um aumento da violência em todo o estado e pelas cenas de roubos e arrastões que aconteceram no decorrer do carnaval, ocorrido oficialmente entre 7 e 14 de fevereiro do mesmo ano.

A intervenção federal é um procedimento regulado pelos artigos 34 e 36 do capítulo VI da Constituição Brasileira (CRFB), mas que nunca tinha sido usado antes, pois, em condições habituais, o governo federal não teria autonomia para intervir nas decisões dos estados, sobretudo em áreas como a segurança pública. Contudo, segundo o artigo 34, para manter a integridade do território brasileiro, reorganizar as finanças da unidade da federação e/ou repelir uma interferência estrangeira, o presidente do país pode suspender temporariamente a soberania dos estados. No caso do Rio de Janeiro, o inciso três do artigo 34 foi invocado, permitindo que a intervenção militar fosse instaurada para amenizar um suposto “grave comprometimento da

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT-2) Consumo, Comunicação e Organizações, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

<sup>2</sup> Doutorando em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCom UERJ - Bolsista CAPES). Mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Comunicação pela Universidade Veiga de Almeida. Pesquisador no Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo (LACON-UERJ). E-mail: igorlacerdasa@gmail.com.

ordem pública”. De acordo com os discursos governamentais e midiáticos, a ordem estava comprometida pelo aumento da violência, gerada por uma crise econômica que impossibilitou o sustento dos agentes de segurança e o funcionamento de seus postos de trabalho.

Com o Rio de Janeiro em intervenção, o ex-secretário de segurança pública, Roberto Sá, foi exonerado em 19 de fevereiro de 2018 e o general Walter Souza Braga Netto assumiu o seu cargo, passando a ser responsável pelas polícias civil e militar, pelos bombeiros e pelo sistema prisional. O oficial cumpria apenas às ordens de Michel Temer, não tendo a obrigação de responder ou obedecer às autoridades do Rio de Janeiro. É importante destacar que o interventor podia ser um membro da sociedade civil, mas o Temer fez questão de escolher um general. Por isso, entendemos essa intervenção como militar, pois, segundo Rocha (2018), a militarização é um processo que traz o “campo de batalha” para dentro das cidades a fim de combater um exército inimigo interno, formado por gangues, milícias, traficantes e outros grupos armados. Conforme a autora, a militarização, viabilizada por questões morais e ideológicas, utiliza agentes treinados para a guerra no combate de crimes urbanos, tornando habitual a presença de soldados nas ruas, nas reuniões que definem os rumos da segurança pública e na gestão da vida dos cidadãos.

Portanto, o propósito deste artigo é analisar as memórias sobre o Rio de Janeiro e a atuação dos militares no início da intervenção de 2018. Para isso, escolhemos narrativas de O Globo (publicadas entre 05 e 11 de março) referentes ao primeiro plano de ação do Exército na cidade: o patrulhamento ostensivo da Vila Kennedy, comunidade da Zona Oeste que fica às margens da Avenida Brasil, uma das principais vias expressas da capital. Para atingir esse objetivo, foi utilizada a análise de narrativas, seguindo a concepção de tríplice mimese de Ricoeur (1994).

Partimos da premissa que O Globo, produto com visibilidade no Rio de Janeiro, um dos mais lidos do país, buscando dialogar com o seu público, lembrou memórias que validavam as operações dos militares e as suas medidas repressivas, como se a militarização da vida (especialmente dos favelados) fosse a única forma de estar em segurança. Por outro lado, as memórias que podiam desmanchar o consenso sobre a indispensabilidade dos homens de farda foram sistematicamente esquecidas. Com o intuito de enquadrar as memórias sobre a intervenção, foram ignorados temas como as constantes violações aos direitos humanos na Vila Kennedy e a atuação antiga, violenta e problemática das Forças Armadas na comunidade. Durante esse processo de lembrança e esquecimento, pensamos que algumas vozes (ou visões de mundo) estavam habilitadas a falar – os próprios agentes de segurança – e outras vozes (ou

interpretações) eram impedidas de emitir suas opiniões – moradores contrários à militarização do seu território, movimentos sociais e ativistas.

### **Análise de narrativa**

Para identificar em O Globo as memórias referentes à cidade e à atuação do Exército no início da intervenção militar, recorreremos à tríplice mimesis de Ricoeur (1994). Conceituaremos mimese I, mimese II e mimese III a fim de articular aquilo que o autor entende como arco hermenêutico, um processo dialético onde nasce o espiral ou o círculo da interpretação.

Ricoeur (1994) entende que mimese I é o mundo prefigurado, seria o mundo social com todos os seus acordos e conflitos. Um modelo da representação do real, uma pressuposição da realidade, aquilo que o narrador e o leitor entenderiam como sendo verdadeiro e legítimo. A mimese I, o mundo prefigurado, apresenta as seguintes dimensões: estruturais, simbólicas e temporais. A dimensão estrutural corresponde às formas das narrativas, àquelas mais utilizadas em uma determinada sociedade. Seriam os códigos e as normas usadas para produzir o que seria tido como uma boa narrativa. A dimensão simbólica condiz com as crenças, valores e mitos, questões éticas e morais contidas nessas narrativas. Ou seja, as manifestações basilares da cultura. E a dimensão temporal remete às possibilidades da temporalidade portadora. Uma temporalidade que pode ser cronológica ou de outra natureza.

A mimese II é o ato de tecer a intriga. Uma intriga que é tecida enquanto se narra, como explica Ricoeur (1994). A tessitura da intriga seria mediadora entre o mundo que precede a narrativa, o mundo prefigurado, aquilo que o narrador e o seu leitor entenderiam como real, e o mundo que vem após a circulação da narrativa, o mundo refigurado. Ou seja, ao escrever uma narrativa, o jornalista dá um novo sentido ao mundo, mas não só: ele possibilita, por meio de sua própria forma de contar a história, o surgimento de novos sentidos. Esse seria o papel da mimese II: ligar, por intermédio da produção textual, o mundo prefigurado ao refigurado. Portanto, a mimese II tem a função de configuração do universo, como esclarece Ricoeur.

A mimese III convida o leitor a participar da trama, podendo se tornar parte integrante na produção de sentido. O leitor exerce o papel de refiguração – apropriações e reapropriações de acordo com suas próprias visões de mundo. Para Ricoeur (1994), o leitor cria referências no instante em que devolve ao mundo a narrativa que foi interpretada. Com base nessa referência recém adquirida, temos uma construção simbólica que será reutilizada por outros sujeitos na formação de novos sentidos. Assim, nota-se que o final da narrativa é também o seu início, seu recomeço. Esse processo pode passar a ideia de circularidade, mas Ricoeur (1994) afirma que

ele deve ser espiralado, quando a história se reinventa, fomentando a construção de novas significações.

A tríplice mimesis forma um arco hermenêutico, existindo dois jeitos de enviar mimese III à mimese I: pela ideologia ou pela utopia. Pela ideologia, mimese III vai a mimese I em um ciclo vicioso, permanecendo no mesmo lugar. Pela utopia, mimese III chega à mimese I e uma nova realidade se inventa, fazendo surgir outras narrativas, seguindo um procedimento espiralado. A ideologia reforça um sentido primeiro, um significado anterior. A ideologia é uma antiga utopia que foi absorvida e agora fixa o leitor em um mesmo sentido, formando um ciclo vicioso. A utopia, por outro lado, reconfigura o sentido anterior, o significado primeiro. A utopia projeta um novo futuro e ajuda o leitor a imaginar um universo diferente. No processo espiralado, na utopia, mimese III volta a ser mimese I de uma forma reinventada e, assim, a história é transformada.

### **Vila Kennedy, o “laboratório da intervenção”**

Um dos primeiros planos do Exército foi patrulhar a Vila Kennedy. Essa decisão foi motivada pelo assassinato do sargento Bruno Cazuca durante uma tentativa de assalto em Campo Grande, bairro que fica a aproximadamente 16 quilômetros da Vila – supostamente, esse crime teria sido cometido por traficantes da comunidade. A operação militar começou três dias após o assassinato de Cazuca, e buscava reforçar o patrulhamento ostensivo, interditar vias e acessos, remover barricadas e cumprir mandados judiciais. Aproximadamente 300 militares foram empregados nessa ação que ocorria diariamente: durante o dia, as tropas militares faziam a fiscalização; no decorrer da noite, a Polícia Militar era responsável pela segurança da área.

Favelas são fronteiras mais simbólicas que geográficas, sobre as quais a parte mais amedrontada do senso comum e alguns atores políticos proeminentes supõem que toda atividade social seja baseada pelo ilícito (...) Essa suposta distância em relação à participação em um pacto coletivo de civilidade faz parecer a formuladores de políticas ou a indivíduos envolvidos no policiamento direto que a favela é um território que deve ser colonizado previamente, sobretudo tendo em vista sua periculosidade ou, pelo mesmo motivo, combatido em uma guerra em que humanidade e os direitos humanos e civis são nocivos ao interesse público (ROCHA E FILHO, 2009, p. 457).

Em 8 de março, O Globo publicou em seu site a notícia “Vila Kennedy se consolida como uma espécie de laboratório da intervenção”, apontando simbolicamente a Vila como o plano piloto dos militares. A narrativa tinha o propósito de apresentar as opiniões de especialistas em segurança sobre a operação na comunidade, ressaltando constantemente a importância de um “trabalho de formiguinha”, ou seja, baseado no reconhecimento profundo do território, em ações de inteligência e na sensação de segurança gerada pela presença da tropa.

Buscando exemplificar esse “trabalho de formiguinha”, Vinícius Cavalcante, diretor da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança, esclareceu ao jornal que mesmo sem apreensões de armas ou prisões, o trabalho do Exército tem um efeito psicológico, pois proporciona uma boa sensação para os moradores e preocupa os bandidos. O general Marco Aurélio, diretor de segurança dos Jogos Olímpicos do Rio, também defendeu a operação militar, dizendo que os militares querem atuar de uma forma nova, priorizando o trabalho em equipe e o comando único do interventor. Lembrando que, nesse tipo de trabalho, os resultados positivos não aparecem de um dia para o outro.

Nessa matéria, é possível perceber a seguinte perspectiva: com mais conhecimento e investimento, as Forças Armadas seriam capazes de atender à população de forma eficaz e humana. No entanto, para Milanez (2014), a polícia e o Exército são mecanismos usados para conter os desvios que impedem a expansão e progressão do capitalismo. Como desviantes, podemos entender aqueles que não se enquadram ou sustentam esse modo de produção (desempregados, pobres, não consumidores). Nesse sentido, as Forças Armadas podem ser entendidas como agências de controle dos desviantes, que se pautam na repressão das classes menos favorecidas para manter seu *status quo*.

Figura 1 – Vila Kennedy como laboratório da intervenção



Fonte: site do jornal O Globo

Na notícia que representava a Vila Kennedy como um “laboratório” para a intervenção, são constantes as visões maniqueístas do bem (o Exército) contra o mal (os traficantes). Graham (2016), depois de estudar conflitos envolvendo os Estados Unidos, o Reino Unido e Israel, constatou que essa dicotomia é a essência da guerra. A Figura 1 é um exemplo claro da relação dicotômica retratada pelo autor: em sua composição, o agente está sendo coroado por realizar a operação na Vila, livrando-a das amarras do tráfico; é como se esse homem fardado tivesse sido escolhido por seres sagrados para livrar a cidade dos traficantes e, conseqüentemente, todas as suas atitudes seriam validadas por esse divino. Logo, é notório que, sem a devida problematização, o jornal recorre à linguagem de guerra para narrar os conflitos urbanos, fazendo uma leitura simplista ao separar o eu/nós justos e bons (aqueles que devem ser preservados) do eles/outros inimigos e odiados (aqueles que precisam ser exterminados).

### **Militarização da vida na Vila**

Falar em militarização da vida em favelas significa pensar que todas as rotinas, as condutas e as regras que incidem sobre o cotidiano de seus moradores passam necessariamente pela lógica militarizada de gestão, conta Barros (2018). Sendo assim, com o intuito de entender a forma como a militarização afetou a vida dos habitantes da Vila Kennedy, foram selecionadas duas notícias em O Globo: uma sobre a morte por bala perdida de Valdir Vieira da Silva e a outra referente ao assassinato de Wilton César do Nascimento Ramos, que seria supostamente um traficante.

Em 04 de março de 2018, Valdir Vieira da Silva, de 66 anos, foi atingido por uma bala perdida na cabeça durante uma troca de tiros entre traficantes e agentes de segurança. Além dele, uma mulher de 40 anos também foi baleada na coxa. Depois de serem feridos pelos disparos, os dois foram levados para o hospital, mas Valdir morreu, e a mulher teve alta depois de ser atendida. Supostamente, o confronto entre traficantes e militares teria ocorrido 24 horas depois da atuação das Forças Armadas para retirar as barricadas que impossibilitavam o acesso de veículos à Vila.

A notícia “Militares vão voltar à comunidade onde idoso morreu após ser atingido por bala perdida no Rio”, publicada um dia depois da tragédia, reforçou que os soldados precisaram continuar na comunidade a fim de garantir permanentemente a ordem. Buscando validar essa ideia, a narrativa lembrou que apesar da ação ter acabado com uma vida, o Batalhão de Choque realizou uma operação no território e três pessoas foram conduzidas à delegacia: uma considerada foragida, já que havia em seu nome um mandado de prisão expedido pelo Tribunal

de Justiça; as outras duas estavam portando entorpecentes, detalhes como quantidade e tipo não foram especificados.

Na matéria, o coronel Carlos Cinelli, porta-voz do Comando Militar do Leste, esclareceu que os militares continuariam retirando os obstáculos. A ideia, segundo Cinelli, era que no futuro, após o processo de intervenção, a Polícia Militar tivesse capacidade de fazer o patrulhamento ostensivo e impedir a construção de novas barricadas. Pela utilização da voz única do coronel, a narrativa produziu o seguinte sentido: o Exército, representante do Estado, continuaria disputando esse território com os traficantes. Nota-se, portanto, o que Mendonça (2018) denominou como o mito da retomada das favelas pelo Estado, tendo como base o esquecimento do fato de que o Estado sempre esteve presente nas favelas, mesmo que atuando de forma precária e contraditória. É esquecido que essa presença constante das Forças Armadas é parte fundamental do problema da violência. Com isso, os jornais não mencionam a persistência das mesmas práticas de sujeição criminal, assim como a manutenção da incapacidade de administração dos conflitos por parte do Estado, e a relação entre membros da força policial e traficantes.

Figura 2 – Militares vão voltar à comunidade onde idoso morreu



Fonte: site do jornal O Globo

Em 11 de março, dezesseis dias após o início da operação, Wilton César do Nascimento Ramos foi morto em um confronto com policiais militares na área da mata, nas proximidades de Senador Camará, bairro vizinho da comunidade. Na época, segundo depoimento dos próprios policiais envolvidos, Wilton estava com “materiais ilícitos” e na companhia de homens armados, que teriam atirado primeiro nos agentes de segurança. No entanto, a ação só apreendeu um rádio transmissor, 41 trouxinhas de maconha, uma arma e poucas munições.

O portal de O Globo publicou a notícia “Suspeito morre na Vila Kennedy após ser baleado em confronto com PMs” no mesmo dia do assassinato, justificando a decisão de matar: o homem morto na Vila Kennedy já respondeu por crimes de tráfico, associação com traficantes e porte ilegal de armas. A narrativa se resume a explicar a motivação dos policiais e a divulgar o histórico de crimes de Wilton. De acordo com O Globo, em 2005, ele tinha sido detido em Bangu, bairro próximo à Vila, por carregar uma arma de fogo. Por essa razão, no ano seguinte, foi condenado a três anos de prisão. Conquistou a liberdade provisória em 2007, mas foi encarcerado novamente por portar pedras de crack e saquinhos com cocaína. Foi, então, condenado pelo crime de tráfico, adquirindo mais três anos de prisão. Preso pela última vez em 2016, porque estava com armas e drogas, obteve uma prisão preventiva, porém, a Justiça atendeu a um pedido da Defensoria Pública e “relaxou” no aprisionamento, explica o jornal. Quatro meses depois de ter a prisão “flexibilizada”, foi considerado foragido por não ter se apresentado mensalmente ao Fórum de Bangu.

Esta narrativa jornalística traz à lembrança os erros do morto, estando repleta de esquecimentos. Um esquecimento que, segundo Mendonça (2018), não é vazio ou desprovido de significação, pelo contrário: é indício de instância significativa. Portanto, segundo o autor, é necessário averiguar para quais posições do jogo de poder o esquecimento aponta, identificando qual voz ou visão de mundo está sendo habilitada a falar e quais vozes ou interpretações do real estão sendo impedidas de emitir suas opiniões. Assim, notamos que as interpretações mais críticas à militarização da comunidade são evitadas na medida em que as únicas vozes ouvidas pertencem aos agentes de segurança envolvidos nos assassinatos, carecem das perspectivas dos familiares das vítimas, dos ativistas, dos movimentos sociais e de moradores da favela – atores que poderiam tecer críticas às atividades policiais. Nesse caso, o esquecimento pode servir para preservar a coerência nos sentidos que estavam sendo construídos: mais um bandido morto, logo, a militarização funciona.

Figura 3 – Suspeito morre na Vila Kennedy



Fonte: site do jornal O Globo

A Figura 2 e a Figura 3 revelam a militarização da vida das pessoas que vivem em favela. Na Figura 2, é possível observar um soldado em primeiro plano, seu rosto está coberto por uma máscara escura, e duas pessoas estão conversando normalmente no segundo plano. A Figura 3 apresenta a imagem de carros de guerra, com homens altamente armados, passando pelas ruas da Vila Kennedy, e o seu título clarifica que cerca de 300 agentes estão atuando diariamente na comunidade. Portanto, analisando a construção narrativa dessas duas reportagens, é possível dizer que, sem problematização, o Globo reforça a indispensabilidade do Exército na cidade (sobretudo nas favelas), ignorando as constantes violações aos direitos humanos.

## Conclusão

O patrulhamento da Vila Kennedy foi um dos primeiros planos dos coronéis responsáveis pela intervenção militar que ocorreu no Rio de Janeiro, em 2018. E O Globo,

entusiasmado com esse novo plano de segurança, abordou constantemente o mesmo tema (violência) a fim de reforçar as mesmas ideias (só a militarização da vida e o endurecimento de penas e leis resolveria a insegurança). Foi constatado, deste modo, um traço cíclico nas narrativas sobre as operações do Exército na comunidade da Zona Oeste do Rio, quando mimese I vai à mimese III pela ideologia, fixando o leitor nos mesmos sentidos, como em um ciclo vicioso.

As matérias escolhidas para compor este trabalho silenciaram as vozes dos moradores de favela, como se esse espaço tão rico e potente fosse desprovido de movimentos sociais, associações de moradores e pessoas capazes de falar por elas mesmas. Os favelados apareceram como passivos, na medida em que as poucas vozes ouvidas pertenciam aos próprios militares ou especialistas em segurança. Assim, essas narrativas cíclicas ressaltaram a memória da retomada da Vila Kennedy pelo Exército, esquecendo o fato de que o Estado sempre esteve presente nessa favela, mas atuando de forma ineficiente e contraditória.

Por fim, pensamos que refletir sobre a presença constante e problemática dos militares nos espaços públicos, gerindo a vida dos cidadãos, é cada vez mais urgente e indispensável. No entanto, O Globo apresentou discussões simplistas aos seus leitores, sem o confronto de ideias, criando uma trama do bem contra o mal – um maniqueísmo que serviu para justificar os conflitos urbanos e os seus impactos negativos à vida da população. Talvez, o resultado mais evidente dessas narrativas dicotômicas seja a naturalização das mortes que ocorrem na favela, tendendo a incentivar as seguintes leituras desse problema tão complexo: “se foi morto pelo Estado, não era trabalhador, era bandido”; “o Exército tem que entrar matando, atirando na cabeça”; “matou pouco, tem que matar mais”.

## **Referências**

BARROS, Raquel. Rio de Janeiro: o caleidoscópio da militarização urbana. In: LEITE, Marcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana (Org.). Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

GRAHAM, Stephen. Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

MENDONÇA, Kleber. A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

MILANEZ, Bruno. A desmilitarização da polícia: elementos transdisciplinares para a afirmação de uma lógica policial constitucional. Revista Justiça e Sistema Criminal, Curitiba – PR, v. 6, n. 11, pp. 143-160, jul-dez, 2014.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas – SP: Papirus, 1994.



ROCHA, Lia. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. In: LEITE, Marcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana (Org.). Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

ROCHA, Viviane; FILHO, Dario. Quem pacifica o “pacificador” e quem tem medo do “caveirão”? As representações da violência segundo jovens da favela no Rio de Janeiro. In.: CARNEIRO, Sandra; SANT’ANNA, Maria (Org.). Cidade: olhares e trajetórias .Rio de Janeiro: Garamond, 2009.